





>> Apresentação detalhada dos principais riscos para fiscais de obras públicas e serviços de engenharia, associando teoria e jurisprudência do TCU.

APRESENTAÇÃO

O fiscal de obra pública por vezes é o primeiro anteparo – ou o principal filtro – de eventuais falhas a ocorrerem nas fases anteriores do processo: nos estudos de viabilidade, na licitação, no orçamento ou mesmo na construção do edital.

Não bastasse essa realidade, com reais riscos quanto a responsabilização para os agentes públicos, a complexidade desses contratos e a dinâmica do dia-a-dia na obra ou da manutenção predial exige uma capacitação técnica multidisciplinar: engenharia, direito, administração, finanças... Os riscos são dos mais variados: chuvas, extrapolações aos limites contratuais de 25%, impossibilidade de se prever as exatas quantidades de manutenção, qualidade ruim, diferenças entre empreitadas globais e empreitadas por preço unitário, orçamento de itens novos, jogo de planilha, prazo da obra, contratação de supervisoras, contingenciamento de recursos, aplicação de penalidades, acordos de nível de serviço, fiscalização dos encargos trabalhistas, aplicação das garantias, e toda uma gama de ameaças.

Nesse cenário, o professor RAFAEL JARDIM CAVALCANTE propõe as participantes a apresentação cuidadosa de cada um desses riscos que rodeia o universo dos fiscais de obras públicas e serviços de engenharia. Pretende-se associar a teoria afeta a esses temas como a longa jurisprudência do TCU sobre o assunto.

Propõe-se, ademais, discutir as principais dificuldades dos fiscais na principal ferramenta da administração para lidar com os problemas cotidianos da manter um prédio em funcionamento: os CONTRATOS DE MANUTENÇÃO PREDIAL, com todas as suas particularidades, envolvendo acordos de nível de serviço, informações mínimas das ordens de serviço, como lidar com a falta de insumos ou serviços na planilha orçamentária, divisão de tarefas entre fiscais técnicos e administrativos e muito mais.

Mais que uma apresentação milimétrica de cada risco potencial nas obras, trata-se de uma oportunidade para os gestores de obras públicas adquirirem um ferramental essencial para o alcance de resultados e potenciais problemas com os órgãos de controle.

Aos fiscais, gestores e demais agentes públicos que administram recursos públicos, um compêndio historiado das trilhas legais para a boa e regular fiscalização de recursos públicos em obras públicas; associados ao que mais moderno existe atualmente sobre governança e gestão. Aos operadores do direito, uma extensa lista de construções factuais indispensáveis à correta subsunção jurídica de casos concretos nessa área.





Uma empresa do Grupo:











OBJETIVOS DO CURSO:

- Situar os participantes quanto aos principais entendimentos do TCU em relação a temas polêmicos envolvendo gestão, fiscalização e controle de obras públicas.
- Apresentar e desenvolver, na prática, técnicas de gestão de riscos aplicada a obras públicas e serviços de engenharia.
- Desenvolver uma visão crítica de um padrão de raciocínio legal para a solução dos problemas que rodeiam a gestão, fiscalização e controle de obras públicas, capaz de suportar a solução de situações gerais do dia-a-dia administrativo.
- Apresentar o tema obras públicas em um contexto coerente e multidisciplinar, envolvendo o direito administrativo, a engenharia e a arquitetura, e a administração.
- Sanear as principais dúvidas dos participantes em temas afetos a gestão, a fiscalização e o controle de obras públicas e serviços de engenharia.
- Preparar os fiscais de contrato para as particularidades envolvendo contratos de manutenção predial.

PÚBLICO-ALVO

Fiscais e gestores de contrato, ordenadores de despesa, auditores, consultores jurídicos, orçamentistas, engenheiros, arquitetos, advogados e estudantes.







Uma empresa do Grupo:

CON mkt.









ESPECIALISTA



RAFAEL JARDIM

Auditor Federal de Controle Externo, é assessor de ministro do TCU e foi dirigente daquela Corte por mais de dez anos. Ex-Secretário de Controle Externo do Sistema Financeiro Nacional e Ex-Secretário de Combate a Corrupção daquela Corte.

Coautor dos livros "Obras Públicas: comentários à jurisprudência do TCU" – 4ª Edição, "O RDC e a Contratação Integrada na prática".

No TCU desde 2005, foi também titular da Secretaria Extraordinária de Operações Especiais em Infraestrutura. Foi ainda Diretor da área técnica responsável pela fiscalização de rodovias. Ocupou os cargos de Secretário de Fiscalização de Infraestrutura de Petróleo e, também, de Fiscalização de Obras de Energia. Coordenou as fiscalizações do TCU atinentes à Copa do Mundo de 2014.

Na área de combate à corrupção e integridade, palestrou em eventos internacionais da ONU, OCDE, além de treinamentos para auditores das Controladorias Gerais de diversos países na América Latina.

Palestrante e conferencista em temas afetos à engenharia de custos para o setor público, governança, compliance, integridade e a licitações e contratos de obras e serviços de engenharia. Formado em engenharia civil pela Universidade de Brasília, trabalhou por mais de dez anos na coordenação de projetos e execução de obras na iniciativa privada.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

INTRODUÇÃO / CONTEXTUALIZAÇÃO

Hermenêutica jurídica na fiscalização e gestão de contratos Princípios fundamentais aplicáveis a contratações públicas

O papel da jurisprudência na orientação do fiscal

Poder vinculado e poder discricionário: como motivar decisões

Teoria da responsabilização: até onde vai a responsabilidade do fiscal

Regra da diligência: critérios para atestar uma fiscalização de obras diligente





Uma empresa do Grupo:

CON mkt.









ESCOLHA DA EQUIPE DE FISCALIZAÇÃO

Fiscal x gestor do contrato Competências da equipe de fiscalização Necessidade de ART

Contratação de terceiros

Contratos de supervisão: possibilidade ou obrigatoriedade

Contratação de empresas de supervisão

Limites de aditamento para contratos de supervisão

Redução da equipe de supervisão de acordo com o andamento da obra

Papel do fiscal: controle do escopo, qualidade, custo e prazo

PROCEDIMENTOS E CUIDADOS NO CUMPRIMENTO DO CONTRATO E NAS MEDIÇÕES

Definição de liquidação de despesas

Avaliação do fiel cumprimento do contrato

Manutenção das condições de habilitação

Documentos mínimos para a medição

Avaliações de qualidade

Avaliações de quantidade

Diferenças de medição em empreitadas por PREÇO GLOBAL e por PREÇO UNITÁRIO

Necessidade de aditivos em caso de variação quantitativa

Química contratual

Contratos verbais com a administração

Medição dos serviços de mobilização

Medição dos serviços de instalação do canteiro de obras

Medição dos serviços de administração local

Medição dos serviços de terraplenagem

Principais erros e desvios verificados pelo TCU em serviços de terraplenagem

Como lidar com a modificação das distâncias médias de transporte

Como lidar com a modificação da tecnologia construtiva por parte do empreiteiro

Como lidar com a modificação no consumo dos materiais

Como lidar com a modificação na produtividade dos serviços

Jurisprudência do TCU





Uma empresa do Grupo:











PRAZO DA OBRA E ATRASOS NO CRONOGRAMA

Motivação do prazo da obra

Metodologia PERT/CPM

Responsabilidade da administração pelo atraso: o que fazer Responsabilidade da empreiteira pelo atraso: o que fazer Atrasos em caso de força maior ou caso fortuito: o que fazer Impacto das chuvas nos atrasos: o que fazer

DIÁRIO DE OBRAS

Elementos mínimos de um diário de obras Como construir um diário de obras

FISCALIZAÇÃO DOS ENCARGOS TRABALHISTAS

Novo entendimento do STF

Passo a passo no cumprimento da IN MPOG 06/2018 (novidade!)

Definição amostral da fiscalização passo a passo

Entendimentos do TCU sobre o impacto dos encargos trabalhistas no orçamento da obra

APLICAÇÃO DE PENALIDADES

Multas x Acordos de nível de serviço

Discricionariedade x vinculação na aplicação de penalidades

Tipos de sanção

Novidades na Lei 14.133/2021

Procedimentos e competências para aplicação de sanções

Sanções advindas da Lei Anticorrupção e os deveres do fiscal

ADITIVOS CONTRATUAIS, REAJUSTE E REPACTUAÇÃO

Teoria das áleas

Teoria da imprevisão

Alterações quantitativas x alterações quantitativas

Forma de cálculo dos 25% contratuais

Extrapolação dos 25% contratuais





SOP/GABINETE/454807802











Jogo de planilhas Aditivos de prazo

Alterações tributárias (especialmente o ISS, o IRPJ e a CSLL

Impacto das chuvas nos aditivos

Reajuste e repactuação na NLL: procedimentos práticos

ITENS NOVOS NO ORÇAMENTO DA OBRA

Parametrização e negociação de preços com a contratada

Critérios de aceitabilidade de preços novos e fundamentos de engenharia de custos

Custos diretos, custos indiretos e BDI

Sinapi/Sicro

Cuidados na parametrização de custos dos materiais

Cuidados na parametrização de custos da mão de obra

Cuidados na parametrização de custos dos equipamentos

Cuidados na parametrização de custos do BDI

ENTREGA DA OBRA

Recebimento provisório

Recebimento definitivo

Formação de equipes de recebimento

Exceções á necessidade do recebimento provisório

Procedimentos em caso da recusa no recebimento

Garantia por vícios que comprometam a segurança e a estabilidade da obra

Definição de responsabilidade objetiva

Causas de excludente de responsabilização objetiva

Vícios que comprometam a habitabilidade da construção e a questão da garantia

TÓPICOS ESPECIAIS PARA FISCALIZAÇÃO DE MANUTENÇÃO PREDIAL

Particularidades das modelagens contratuais de manutenção

Como lidar com a incerteza de quantitativos

Elementos mínimos de medição e de ordens de serviço

Acordos de nível de serviço

O papel do gestor do contrato, do fiscal técnico e do fiscal administrativo





Uma empresa do Grupo:

CON mkt.









Acompanhando o modelo de execução do objeto Exigibilidades na fiscalização trabalhista Recebimento provisório e definitivo em contratos continuados Relatório final de contrato

INVESTIMENTO



INCLUSO NA INSCRIÇÃO

- Material de Apoio: apostila, caneta, lápis, borracha e caderno;
- Certificado de capacitação e aperfeiçoamento profissional registrado em cartório (digital);
- 04 coffee breaks + 02 almoços;

DATA, LOCAL E HORA



22 E 23 DE MAIO DE 2025 PORTO ALEGRE/RS

Das 8h30 às 12h00 e das 13h00 às 17h30 Local: Hotel Intercity Cidade Baixa

Endereço: Av. Loureiro da Silva, 1960 - Cidade Baixa, Porto Alegre - RS, 90050-240

A CON Treinamentos reserva-se o direito de cancelar, reagendar o curso ou trocar o palestrante, comprometendo-se a informar os inscritos o quanto antes. A empresa permanece isenta de qualquer sanção, indenização ou reparação (material e moral).





Uma empresa do Grupo:









INSCRIÇÃO E PAGAMENTO

A inscrição poderá ser efetuada pelo telefone (41) 3068-3858, através do e-mail contato@contreinamentos.com.br ou pelo nosso site www.contreinamentos.com.br.

O pagamento deverá ser realizado em nome de CONNECTON MARKETING DE EVENTOS LTDA, CNPJ 13.859.951/0001-62 nos seguintes bancos:



Banco nº 001 Ag. 3041-4 C/C 125211-9



Banco nº 341 Ag. 0615 C/C 21708-0



Banco nº 237 Ag. 02037 C/C 0496760-7











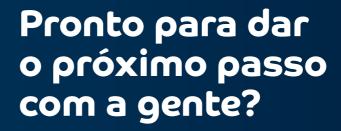
CON mkt.

SOP/GABINETE/454807802









A #CasaCON acredita que o conhecimento tem o poder de transformar carreiras, vidas e (por que não?) o futuro do nosso país. Se você é tão apaixonado por aprender quanto nós, está no lugar certo! Estamos aqui para acelerar seu desenvolvimento e ajudar você a alcançar novas conquistas com segurança e eficiência.

Quero me inscrever agora!



Acompanhe nossas Redes Sociais:

f O lin @contreinamentos



